

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA

DO PROCESSO DE REVISÃO DO PDM DE PAREDES DE COURA

1. Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Ponderação das reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados em sede da Discussão Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Paredes de Coura, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros 82/95, de 25 de Agosto.

A elaboração e publicitação do presente Relatório têm por objetivo fundamental dar cumprimento ao previsto no n.º 8 do artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) - Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

2. Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura – Cronologia

O processo de Revisão do PDM de Paredes de Coura resulta de uma deliberação da Câmara Municipal de 26 de Abril de 2000, posteriormente publicada por Anúncio n.º 43/2001, do Diário da República n.º 184 (II Série), de 6 de Agosto de 2001, que permitiu aos interessados apresentarem sugestões e informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão do plano.

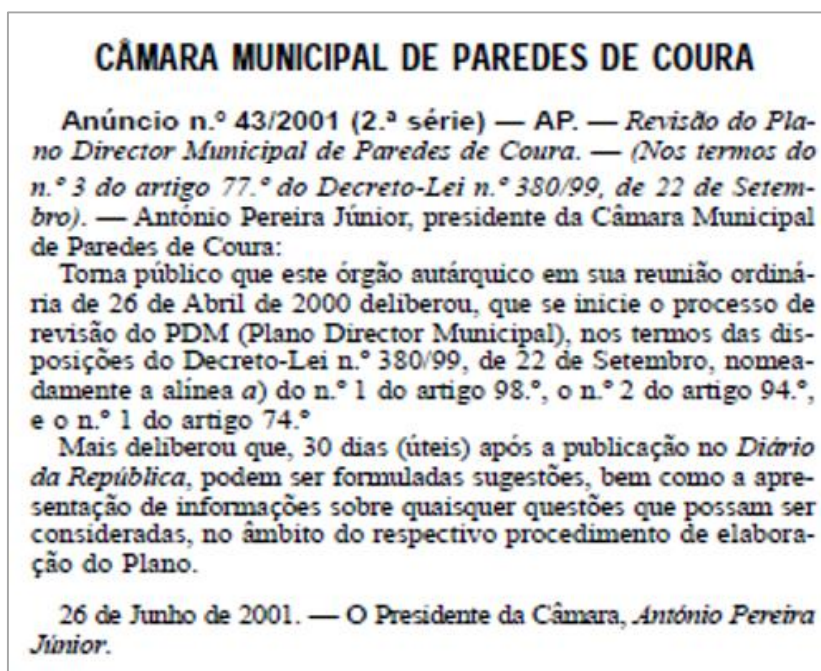


Ilustração 1 - Aviso de Abertura da Revisão do PDM de Paredes de Coura

A auscultação prévia no concelho de Paredes de Coura decorreu durante 30 dias úteis contados a partir da data de publicação no Diário da República.

Receberam-se cerca de meia centena de participações, cujos pedidos incidiram essencialmente na alteração de uso do solo para obter capacidade construtiva.

A Comissão Técnica (CT) foi constituída em 25 de Julho de 2001, sendo composta por representantes dos seguintes organismos da administração central e regional:

- DRAOT – Norte (Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Norte);
- DGOTDU (Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano);
- DGF (Direção-Geral das Florestas);

- IEP (Instituto de Estradas de Portugal);
- ICN (Instituto da Conservação da Natureza);
- DRAEDM (Direção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho);
- DRN-ME (Direção Regional do Norte do Ministério da Economia) e
- IPPA (Instituto Português do Património Arquitectónico).

Despacho n.º 17 289/2001 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e no n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, aprovo, no exercício das competências que me foram delegadas através do despacho n.º 25 784/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Dezembro de 1999, rectificado pelo despacho n.º 554/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Fevereiro de 2000, a constituição da comissão técnica que acompanhará a revisão do Plano Director Municipal de Paredes de Coura, com a seguinte formação:

Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Norte.
 Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
 Direcção-Geral das Florestas.
 Instituto de Estradas de Portugal.
 Instituto da Conservação da Natureza.
 Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho.
 Direcção Regional do Norte do Ministério da Economia.
 Instituto Português do Património Arquitectónico.

25 de Julho de 2001. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Canha da Silva Pereira*.

Ilustração 2 - Despacho da Constituição da CTA

A revisão do PDM de Paredes de Coura foi um processo longo, tendo surgido no decurso dos trabalhos um conjunto de alterações legislativas que obrigaram a reformulações sucessivas da proposta em curso.

Os trabalhos de revisão do plano pautaram-se pela cooperação com as diversas entidades da administração com interesses públicos setoriais na área de intervenção do plano, no sentido da proposta final refletir uma gestão territorial municipal adequada e articulada com as demais políticas e estratégias de âmbito nacional ou regional, designadamente pela transposição para o PDM dos Planos Sectoriais com incidência no território de Paredes de Coura.

Refere-se ainda que decorreu em simultâneo com os trabalhos de revisão do Plano Director Municipal a elaboração do Plano Regional de Ordenamento Territorial da Região Norte (PROT – Norte), documento que até à presente data não foi publicado. No entanto, e no sentido de dar cumprimento ao previsto na Secção I, Capítulo II do RJIGT e às normas orientadoras da CCDDR-N, a proposta de ordenamento apresentada respeita a proposta de PROT-N submetida a discussão pública.

Síntese dos trabalhos desenvolvidos

1. **Maio de 2001** - Celebração do contrato de prestação de serviços para a elaboração da revisão do PDM;
2. **Julho de 2001** - apresentação da 1ª fase da revisão do PDM – “Caracterização e Diagnóstico”;
3. **Dezembro de 2001** – 1ª Reunião da CTA – Apresentação da 1ª Fase – “Caracterização e Diagnóstico”;
4. **Junho de 2002** - foi recebido o parecer favorável da Comissão Técnica de Acompanhamento, relativo a 1ª fase - “Caracterização e Diagnóstico”;
5. **Junho de 2004** – Apresentação e Discussão das Propostas com as Juntas de Freguesia;

6. **Maio de 2005** – Apresentação em Reunião de Câmara da 2ª Fase – “Estudo Prévio”;
7. **Dezembro de 2005** – Aprovação por maioria da Câmara da 2ª Fase – “Estudo Prévio”;
8. **Março de 2006** – 2ª Reunião da CT – Apreciação e apresentação da 2ª Fase – “Estudo Prévio”;
9. **Abril de 2006** – Reunião Sectorial com a RAN e DGF;
10. **Maio de 2006** – Reunião Sectorial com a DGF e ICN;
11. **Junho de 2006** – Reunião Sectorial com a REN e Domínio Hídrico;
12. **Junho de 2006** - Realização da 3ª Reunião da Comissão Técnica;
13. **Novembro de 2006** - Trabalho de campo com o representante da DRAEDM para apreciação *in loco* da proposta de RAN;
14. **Dezembro de 2006** - Apresentação da metodologia de integração do Plano Sectorial da REDE NATURA2000 pelo Centro de investigação em Biodiversidade da Universidade do Porto (CIBIO);
15. **Fevereiro de 2007** – Entrega A DRAEDM da Proposta de Aferição de Inclusões e Exclusões da RAN;
16. **Fevereiro de 2007** – Realização da 4ª Reunião da Comissão Técnica com a aprovação, por unanimidade, da Proposta de Delimitação da RAN;
17. **Março de 2007** - Trabalho de campo com o representante da DGF para apreciação *in loco* da Proposta de Exclusão de Áreas Sujeitas ao Regime Florestal;
18. **Março de 2007** – Reunião Sectorial com a REN;
19. **Junho de 2007** – Entrega à DGF da Proposta de Exclusão de Áreas Sujeitas ao Regime Florestal;
20. **Junho de 2007** – Publicação do Decreto-lei 232/2007 de 15 de Junho, que obrigou à realização de Avaliação Ambiental Estratégica de Programas e Planos;
21. **Outubro de 2007** - Entrega Formal, nas instalações do CIVM, do projeto “Rede Natura 2000 - PDM’s Vale do Minho;
22. **Outubro de 2007** – Reunião Sectorial com o ICNB;
23. **Novembro de 2007** – Realização da 5ª Reunião da Comissão Técnica;
24. **Novembro de 2007** – Entrada em vigor da 5ª alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – DL 316/2007;
25. **Janeiro de 2008** – Aprovação da RAN pela Comissão Regional da Reserva Agrícola;
26. **Julho de 2008** – Entrega à DGF das alterações à proposta de exclusão do Regime Florestal;
27. **Abril de 2009** – Entrega na CCDD-N da REN Bruta;
28. **Abril de 2009** – Entrega à DGF das alterações à proposta de exclusão do Regime Florestal;
29. **Abril de 2009** – Entrada em vigor da 6ª alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – DL 46/2009;
30. **Maio de 2009** – Entrega às entidades da CT do Relatório dos Fatores Críticos realizado no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica;
31. **Junho de 2009** – Entrega na CCDD-N da REN Bruta, Zero Inicial, Zero Final e Áreas a Excluir;
32. **Novembro de 2009** – Aprovação, pela Câmara Municipal, por unanimidades da Proposta de Delimitação dos Sistemas da Reserva Ecológica e das Propostas de Exclusões;
33. **Novembro de 2009** – Realização de uma Reunião Sectorial com o ICNB, AFN e CCDD-N;
34. **Novembro de 2009** – Entrega à DGF da Proposta de Compensação das Áreas de Perímetro Florestal;
35. **Novembro de 2009** – Reunião Sectorial nas instalações da CCDD-N, no Porto em que foi tomada a decisão de aprovar a delimitação da RAN sem revisão em conformidade com o regime jurídico da RAN;
36. **Dezembro de 2009** – Apresentação/Entrega do Mapa de Ruído;
37. **Dezembro de 2009** – Reunião Setorial com a CCDD-N, DGF, ICNB e GTF de Paredes de Coura
38. **Janeiro de 2010** – Entrega à DGF da Proposta de Desafetações do regime Florestal, na sequência dos elementos fornecidos pela Autoridade Florestal Nacional (PER25/2009);

39. **Fevereiro de 2010** – Aprovação pela Câmara Municipal, por unanimidade, dar parecer favorável à Exclusão do Compromisso da Reserva Ecológica Nacional;
40. **Fevereiro de 2010** – Informação, pela equipa responsável pelo processo de Revisão do PDM, da obrigatoriedade de adequar o PDM à nova regulamentação de classificação e reclassificação do solo, decorrente da Publicação do Decreto Regulamentar 11/2009 de 29 de Maio, que obrigou a uma reorganização completa da classificação do solo presente na proposta de plano;
41. **Fevereiro de 2010** – 6ª Reunião da Comissão Técnica com a aprovação, por unanimidade dos elementos da CT presentes, da Proposta de Redelimitação da REN e das Propostas de Exclusões;
42. **Fevereiro de 2010** - Reuniões com as Juntas de Freguesia para apresentação da proposta de ordenamento;
43. **Março de 2010** – Reunião Sectorial com o ICNB, nas instalações de Braga para apresentação das propostas de desafetação do Espaço Natural;
44. **Maio de 2010** – Entrega ao DGF do Regime Florestal com a adequação à Proposta de Ordenamento e à planta da Rede Natura 2000 e ao ICNB entrega da Proposta de Utilização Urbana da Rede Natura 2000.
45. **Junho de 2010** - Trabalho de campo com o representante da DGF para apreciação *in loco* da Proposta de Exclusão de Áreas Sujeitas ao Regime Florestal;
46. **Julho de 2010** – Aprovação pela CNREN da Proposta de Delimitação da REN;
47. **Outubro de 2011** – Entrega à CCDR-N da Versão Final do Plano de Revisão do PDM;
48. **Dezembro de 2011** – 8ª Reunião da Comissão Técnica;
49. **Janeiro de 2012** – 8ª Reunião da Comissão Técnica;
50. **Setembro de 2012** – Entrega à Unidade de Gestão Florestal do Minho do processo de Aprovação das Áreas a Desafetar do Regime Florestal das freguesias de Agualonga, Castanheira, Cossourado, Cunha, Ferreira, Formariz, Infesta, Insalde, Linhares, Mozelos, Padornelo, Resende, Romarigães, Rubiães e Vascões;
51. **Outubro de 2012** – Entrega à Unidade de Gestão Florestal do Minho do processo de Aprovação das Áreas a Afetar e a Desafetar do Regime Florestal das freguesias de Parada e Porreiras;
52. **Fevereiro de 2013** – Entrega à CCDR-N do Plano de Revisão do PDM alterado, para aprovação;
53. **Março de 2013** – Reunião setorial com a CCDR-N e ICNF;
54. **Março de 2013** – 9ª Reunião da Comissão Técnica;
55. **Junho de 2013** – Entrega à Unidade de Gestão Florestal do Minho dos processos relativos à Desafetação do Regime Florestal, às Áreas Percorridas por Incêndios e Perigosidade;
56. **Julho de 2013** – Entrega ao ICN do processo relativo à Sobreposição da Rede Natura com o Solo Urbano;
57. **Agosto de 2013** – Entrega à CCDR-N do Plano de Revisão do PDM;
58. **Agosto de 2013** – Entrega ao ICN dos elementos solicitados na 8ª reunião da CT;
59. **Setembro de 2013** – Envio à CCDR-N das Plantas Relativas à Análise Comparativa entre Solo Urbano e Edificações;
60. **Fevereiro de 2014** – Reunião Setorial com a CCDR-N;
61. **Março de 2014** – Entrega à CCDR-N da Versão Final do Plano;
62. **Abril de 2014** – Parecer Final da Comissão Técnica e realização da Conferência de Serviços;
63. **Maio de 2014** – Entrega à DGF da nova Proposta do Regime Florestal, que incluiu a nova Proposta de Exclusões acompanhadas das convocatórias e atas das freguesias de: Agualonga, Cossourado, Cunha, Ferreira, Formariz, Linhares, Padornelo, Porreiras, Resende, Romarigães e Rubiães;
64. **Junho de 2014** – Reunião de Concertação com o ICNF;
65. **Julho de 2014** – Aprovação, por unanimidade, da Câmara Municipal da submissão à apreciação pública da Proposta de Revisão do PDM;

3. Discussão Pública

3.1. Divulgação

O período de Discussão Pública da Proposta de Revisão do PDM de Paredes de Coura decorreu entre 19 de Agosto a 29 de Setembro de 2014.

Para tal foram usados os seguintes veículos de informação:

- a. Publicação em Diário da República;
- b. Publicação num Jornal Diário de tiragem nacional (Jornal de Notícias);
- c. Publicação num Jornal Local (Notícias de Coura) e
- d. Divulgação portal da Câmara Municipal.

Tal como previsto no n.º 3 do artigo 77º do RJIGT, o Aviso de Abertura do Período de Discussão Pública foi publicado com mais de cinco dias de antecedência, no Diário da República, 2ª Série – n.º 152, no 8 de Agosto de 2014, Aviso n.º 9147/2014.

Este Aviso foi igualmente publicado nos seguintes Jornais: Jornal de Notícias em 29-09-2014 e Notícias de Coura no dia 02-09-2014.

Foi também publicada uma Nota de Imprensa em 05-08-2014, no jornal Notícias de Coura a informar da determinação da abertura da discussão pública do PDM.

Ilustração 3 – Nota de Imprensa publicada no jornal Notícias de Coura



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Aviso n.º 9147/2014

Discussão Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura

Vítor Paulo Gomes Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura, torna público, para os efeitos consignados nos números 3 e 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), na redação atual, conjugado com o n.º 7 do artigo 96.º do mesmo diploma, e para os efeitos do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio, que a Câmara Municipal de Paredes de Coura, em reunião realizada a 14 de julho de 2014, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura do período de Discussão Pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura.

De igual modo se leve a conhecimento do público em geral, e dos munícipes particularmente interessados, que o referido Plano, acompanhado dos necessários pareceres das Entidades Externas, bem como o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico, estarão disponíveis para consulta na Divisão de Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal, em horário normal de serviço, das 09h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00, de segunda a sexta-feira, e na página eletrónica da Câmara Municipal de Paredes de Coura (www.cm-paredes-coura.pt).

O período de Discussão Pública/Consulta Pública será de 30 dias, contados a partir do quinto dia após a data da publicação do aviso, no *Diário da República*. Todas as reclamações, observações ou sugestões deverão ser apresentadas por escrito, dirigidas ao Presidente da Câmara, com a identificação do assunto devendo, igualmente, ser acompanhadas da identificação do Munícipe com a residência completa e número de contribuinte.

Poderão ainda ser remetidas para o endereço eletrónico: discussao-publicapdm@cm-paredes-coura.pt

30 de julho de 2014. — O Presidente da Câmara, *Dr. Vítor Paulo Gomes Pereira*.

308005168



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

EDITAL

VÍTOR PAULO GOMES PEREIRA, PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COU-
RA.

REVISÃO DO PDM

TORNA PÚBLICO que este Órgão Autárquico, em sua reunião ordinária de 14 de julho de 2014 deliberou a abertura do período de discussão pública / consulta pública da **proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura e respetivo Relatório Ambiental** que decorre de 19 de agosto a 29 de setembro de 2014 (inclusive).

Assim, todos os interessados poderão solicitar esclarecimentos, bem como formalizar por escrito quaisquer reclamações, observações ou sugestões sobre a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura e respetivo Relatório Ambiental, dirigidas ao Presidente da Câmara, com a identificação do assunto devendo, igualmente, ser acompanhadas da identificação do Munícipe com a residência completa e número de contribuinte utilizando para o efeito, sob pena de não-aceitação, o impresso próprio disponível na página eletrónica da Câmara Municipal de Paredes de Coura (www.cm-paredes-coura.pt).

As reclamações, observações e sugestões poderão ser enviadas por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, sita no para Largo Visconde de Mozelos, 4940-5250 Paredes de Coura ou, entregues diretamente:

. No Balcão Único do Município, sito no edifício da Câmara Municipal, Largo Visconde de Mozelos, 4940-525 Paredes de Coura;

. Por correio eletrónico para discussaopublicapdm@cm-paredes-coura.pt

. Para constar e cumprimento legal se publica este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município, 20-08-2014
O Presidente da Câmara

Telefone 251 78 01 00 - Fax 251 78 01 18 - Oficinas 251 78 01 01 - NIF 680 007 180 - Internet: <http://www.cm-paredes-coura.pt> - Correio Eletrónico: contacto@cm-paredes-coura.pt
Largo Visconde de Mozelos, AP 6
4940-525 PAREDES DE COURA

Ilustração 5 - Aviso publicado no



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

EDITAL

VÍTOR PAULO GOMES PEREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA.

REVISÃO DO PDM

TORNA PÚBLICO que este Órgão Autárquico, em sua reunião ordinária de 14 de julho de 2014, deliberou a abertura do período de discussão pública / consulta pública da **proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura e respetivo Relatório Ambiental**, que decorre de 19 de agosto a 29 de setembro de 2014 (inclusive).

Assim, todos os interessados poderão solicitar esclarecimentos, bem como formalizar por escrito quaisquer reclamações, observações ou sugestões sobre a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura e respetivo Relatório Ambiental, dirigidas ao presidente da Câmara, com a identificação do assunto, devendo igualmente ser acompanhadas da identificação do Município com a residência completa e número de contribuinte utilizando para o efeito, sob pena de não aceitação, o impresso próprio disponível na página eletrónica da Câmara Municipal de Paredes de Coura (www.cm-paredes-coura.pt).

As reclamações, observações e sugestões poderão ser enviadas por carta registada com aviso de receção, dirigidas ao presidente da Câmara Municipal, sita no Largo Visconde de Mozelos, 4940-525 Paredes de Coura ou entregues diretamente:

- No Balcão Único do Município, sito no edifício da Câmara Municipal, Largo Visconde de Mozelos, 4940-525 Paredes de Coura;
- Por correio eletrónico para discussaopublicapdm@cm-paredes-coura.pt.

Para constar e cumprimento legal se publica este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município, 20-08-2014

O presidente da Câmara
(assinatura ilegível)

Ilustração 6 - Avisos publicados no Jornal de Notícias

Os avisos acima referidos continham a seguinte informação:

- Período de Discussão Pública
- Locais de Consulta da proposta de revisão;
- Data e locais das sessões públicas de esclarecimento;
- Forma de apresentação das reclamações, observações e sugestões;
- Locais de Consulta da proposta de revisão e
- Forma de apresentação das reclamações.

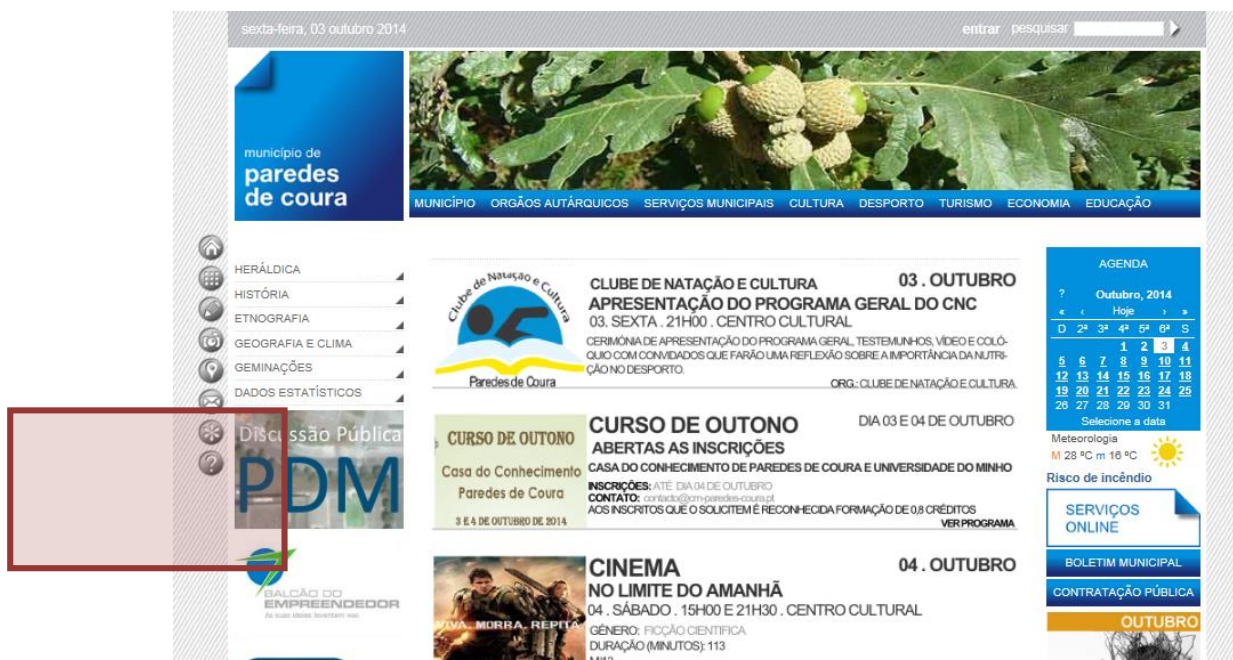


Ilustração 7 – Site do Município de Paredes de Coura

http://www.cm-paredes-coura.pt/portal/page/paredesdecoura/portal_municipal

3.2. Locais de consulta e documentos disponibilizados

Durante o período de Discussão Pública, a proposta de revisão do PDM de Paredes de Coura encontrou-se disponível para consulta nos seguintes locais:

- No Balcão Único do Município e
- em www.cm-paredes-coura.pt

No Balcão Único do Município, a consulta estava disponível, todos os dias úteis das 9:00 horas às 12:30 horas, e das 13:30 horas às 17:00 horas, encontrando-se disponível para consulta os seguintes elementos:

- Regulamento;
- Relatório de Fundamentação do Plano;
- Programa de Execução;
- Relatório Ambiental;
- Relatório Ambiental (Resumo não Técnico);
- Parecer Final da Comissão Técnica;

Peças desenhadas:

- Planta de Ordenamento e respetivos anexos, que dela fazem parte integrante:

g.1) Anexo I – Planta de Proteções;

g.2) Anexo II – Carta da Estrutura Ecológica Municipal;

h) Planta de Condicionantes e respetivos anexos, que dela fazem parte integrante:

h.1) Anexo I – Zonas Acústicas de Conflito;

h.2) Anexo II – Planta de Áreas Percorridas por Incêndios;

h.3) Anexo III – Planta das Classes Alta e Muito Alta de Perigosidade de Incêndio

Florestal.

3.3. Modalidades e formato da Participação Pública

Durante o período de Discussão Pública os interessados puderam apresentar as suas observações, reclamações e sugestões acerca da proposta de revisão do PDM de Paredes de Coura, através das seguintes formas:

- a. Preenchimento da ficha de participação com modelo próprio disponibilizado para o efeito na Câmara Municipal e em www.cm-paredes-coura.pt
- b. Acesso à aplicação *online* disponível para o efeito em http://www.cm-paredes-coura.pt/portal/page/paredesdecoura/portal_municipal/SERVICOS_MUNICIPAIS/planeamento_ordenamento/DiscussaoPubPDM

Na ficha de participação acima referido constavam os seguintes dados:

1. Identificação do requerente;
2. Identificação da parcela/lote/propriedade;
3. Tipologia do assunto;
4. Exposição;
5. Plantas a anexar.

A entrega das participações era admitida das seguintes formas:

- No balcão único da Câmara Municipal;
- Por carta registada com aviso de receção e
- Através da aplicação online disponível para o efeito em http://www.cm-paredes-coura.pt/portal/page/paredesdecoura/portal_municipal/SERVICOS_MUNICIPAIS/planeamento_ordenamento/DiscussaoPubPDM

REQUERIMENTO

Câmara Municipal de Paredes de Coura

Revisão do Plano Diretor Municipal
Discussão Pública - Ficha de Participação
(Discussão Pública nos termos do nº 3 do artigo 77º do D.L. nº 382/98, de 22 de setembro (RJOT) na sua atual redação)

Exmo. Senhor,
Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura

1. Identificação do Requerente:

Nome*
Morada* Concelho*
Freguesia* Cód. Postal*
B.U./C.C.* Validade* Cont. Fiscal*
E-mail* Tel./Telex*

2. Identificação da parcela/ Lote/ Propriedade:

Freguesia*
Localização/ Morada*
NP Processo na Câmara: ☐ Prédio Rústico
Artigo Matricial (s) ☐ Prédio Urbano

(O Anexo nº 1 do Regulamento PDM)

Vem apresentar junto de V. Ex.º, no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura a seguinte exposição:

3. Tipologia do assunto:

☐ Regulamento
☐ Planta de Ordenamento
☐ Planta de Condicionantes
☐ Relatório de Fundamentação do Plano
☐ Relatório Ambiental / Resumo não Técnico
☐ Outros

Os campos assinalados com (*) são de preenchimento obrigatório

4. Exposição:
(reclamação/ observação/ sugestão/ pedido de esclarecimento)

5. Plantas a anexar:

☐ Extrato da Proposta Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura
☐ Extrato da Proposta Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura
☐ Outras plantas constantes no processo de revisão
☐ Planta de Localização

Pede deferimento,

Paredes de Coura,

O Requerente,

NOTAS:
a) Apenas se aceitam contributos que se relacionem com a alteração do PDM de Paredes de Coura;
b) Podem anexar-se a esta ficha documentos que ajudem a clarificar as questões colocadas;
c) Se necessário de mais espaço para a sua exposição, quer anexar outras fichas devidamente numeradas;
d) Apenas serão considerados os contributos entregues ou enviados no período definido para a discussão pública, e devidamente identificados;
e) A Câmara Municipal não obriga a resposta fundamentada apenas perante aqueles que invocam situações de desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes e de desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis e a eventual lesão de direitos subjetivos (alínea a), b) e d) do nº 5 do artigo 77º do RJOT).

Os campos assinalados com (*) são de preenchimento obrigatório

Câmara Municipal de Paredes de Coura | 4940-909 Paredes de Coura
Telefone: 251 780 300 | Fax: 251 780 118 | Web: www.cm-paredes-coura.pt | E-mail: discussaopublicapdm@cm-paredes-coura.pt

Ilustração 8 -
Impresso de
Apresentação da
Sugestões

4. Análise e Ponderação das participações

4.1. Enquadramento

Durante o período de Discussão Pública, a proposta de revisão do PDM de Paredes de Coura registaram-se 54 participações.

A maioria das participações foi formalizada através do preenchimento do impresso tipo disponibilizado e entregues no balcão único da Câmara Municipal.

Foram apenas registadas 9 participações formalizadas através da aplicação eletrónica.

Anexo: Quadro das participações recebidas e respetivas propostas de resposta.

4.6 Ponderação das Participações

Id	Freguesia	Identificação Requerimento	Requerente	Proposta de Resposta	Peças a alterar
1	Nogueira / Paredes de Coura	GSE 4755/2014	M ^a da Luz Guerreiro de Sousa	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada integra a categoria de Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal , que permite a instalação de atividades ligadas ao desenvolvimento rural, assim como a instalação de empreendimentos turísticos e de equipamentos de utilização coletiva, constituindo, desse modo, capacidade urbanística para o desenvolvimento das funções adequadas, previstas no Regulamento do PDM.	
2	Chavião / Castanheira	GSE 4756/2014	Carmen Manuela Pereira Cerqueira	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra simultaneamente, o perímetro da Reserva Agrícola Nacional e a área de Protecção Parcial Tipo II , definida no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> .	
3	Mina dos Santos / Resende	GSE 4757/2014	Luís Barbosa de Araújo	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
4	Corredoura / Castanheira	GSE 4758/2014	Luís Barbosa de Araújo	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra as “Áreas submetidas a Regime Florestal” e parte da área insere-se no PMDFCI, na Classe de Perigosidade Alta , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
5	Gaviões / Bico	GSE 4784/2014	Apolinário Monteiro Barreiro	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra simultaneamente, o perímetro da Reserva Agrícola Nacional e a área de Protecção Parcial Tipo II , definida no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> .	
6	Outeiral / Ferreira	GSE 4810/2014	Ivan Mata de Morais	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
7	Costa / Rubiães	GSE 4843/2014	Manuel Cunha e Silva	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	

8	Soutelo / Cristelo	GSE 4844/2014	Vítor Manuel Pereira de Brito	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com declive acentuado, que integra o perímetro da Reserva Ecológica Nacional , no sistema Áreas com Risco de Erosão , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
9	Pereiro / Castanheira	GSE 4856/2014	Clara da Conceição Fernandes Pereira	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
10	Covelo / Castanheira	GSE 4886/2014	M ^a de Fátima Barbosa da Cunha Pinto	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
11	Lameira / Bico	GSE 4887/2014	José Barbosa da Cunha	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra simultaneamente, o perímetro da Reserva Agrícola Nacional e a área de Protecção Parcial Tipo II , definida no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> .	
12	Pedrosa / Rubiães	GSE 4977/2014	José Filipe Fernandes Dias	A pretensão FOI ACEITE , pelo facto de não existirem condicionantes e o terreno ser contíguo a uma área de solo urbanizado, pelo que, se justifica a sua reclassificação para Espaços Urbanos de Baixa Densidade .	Planta de Ordenamento
13	S. Sebastião / Paredes de Coura	GSE 5007/2014	M. ^a de Fátima dos Santos Lopes	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, afastado do aglomerado habitacional, mantendo-se a classificação de Espaço Florestal de Produção .	
14	Várzea / Parada	GSE 5050/2014	Mário de Sá Fernandes	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
15	Vilares / Bico	GSE 5235/2014	Perfeita Barreiro	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra simultaneamente, o perímetro da Reserva Agrícola Nacional e a área de Protecção Parcial Tipo II , definida no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> .	
16	Veiga / Ferreira	GSE 5287/2014	União de Freguesias de Formariz e Ferreira	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	

17	Quintão / Ferreira	GSE 5288/2014	António Soares Gonçalves Pereira	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
18	Cascalha / Bico	GSE 5328/2014	Carlos Manuel Barbosa Dantas	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra a área de Protecção Parcial Tipo II , definida no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> , fora do aglomerado habitacional, mantendo-se a classificação de Espaço Agrícola .	
19	Cascalha / Bico	GSE 5329/2014	Carlos Manuel Barbosa Dantas	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de uma área reconhecida como valor natural integrada na zona de Protecção Parcial Tipo II , definidas no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> e identificado no Mosaico de Habitats como “Mosaico Serial Colino” , definido na <i>Rede Natura 2000</i> pelo que, se encontra condicionada e sujeita ao regime específico da condicionante legal.	
20	Requeijada / UF Bico e Cristelo	GSE 5333/2014	Teodoro Fernando Barreiro Barbosa	A pretensão FOI ACEITE , por não existirem condicionantes e o terreno ser contíguo ao aglomerado habitacional, pelo que, se justifica a sua reclassificação para Área de Edificação Dispersa .	Planta de Ordenamento
21	Bouço / Ferreira	GSE 5345/2014	Venâncio da Conceição	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
22	Barrocas / Ferreira	GSE 5346/2014	Venâncio da Conceição	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
23	Terças / Cristelo	GSE 5391/2014	Iolanda Araújo dos Santos	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de uma área reconhecida como valor natural integrada no Espaço Natural e identificado no Mosaico de Habitats como “Matos Colinos Granito” , definido na <i>Rede Natura 2000</i> pelo que, se encontra condicionada e sujeita ao regime específico da condicionante legal.	
24	Coto da Figueira / Bico	GSE 5395/2014	União de Freguesias de Bico e Cristelo	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de uma área reconhecida como valor natural integrada na zona de Protecção Parcial Tipo II , definidas no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> e identificado no Mosaico de Habitats como “Mosaico Serial Colino” e “Bosques de Carvalho” , definido na <i>Rede Natura 2000</i> pelo que, se encontra condicionada e sujeita ao regime específico da condicionante legal.	

25	Estrada dos Combatentes da Travanca 1120 /Cunha	GSE 5409/2014	Mário Fernandes da Cunha	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
26	Túmio / Bico	GSE 5454/2014	União de Freguesias de Bico e Cristelo	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de uma área reconhecida como valor natural integrada na zona de Protecção Parcial Tipo II , definidas no âmbito da Paisagem Protegida do Corno de Bico e identificado no Mosaico de Habitats como “Mosaico Serial Colino”, “Bosques de Carvalho” e “Matos Colinos Granito” , definido na Rede Natura 2000 pelo que, se encontra condicionada e sujeita ao regime específico da condicionante legal.	
27	Veiga / Ferreira	GSE 5478/2014	Jaime Gonçalves Dantas	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
28	Veiga / Ferreira	GSE 5489/2014	António Brandão de Sousa	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
29	Salgueirinhos / Paredes de Coura	GSE 5491/2014	M ^ª Adília da Costa Lima Rodrigues Magalhães	A pretensão FOI PARCIALMENTE ACEITE atendendo ao facto de parte da área reclamada não estar sujeita a quaisquer condicionantes e o terreno ser contíguo a uma área de solo urbanizado, pelo que, se justifica a sua reclassificação para Espaços Residenciais . A área remanescente mantém a classificação de Espaço Natural , por se tratar de uma área reconhecida como valor natural identificado no Mosaico de Habitats como “Bosques de Carvalho” , definido na Rede Natura 2000 pelo que, se encontra condicionada e sujeita ao regime específico da condicionante legal.	Planta de Ordenamento
30	Redonda / Castanheira	GSE 5492/2014	Abílio Cirilo Barreiro da Cunha	A pretensão FOI ACEITE , por não existirem condicionantes e o terreno ser contíguo ao aglomerado habitacional, pelo que, se justifica a sua reclassificação para Área de Edificação Dispersa .	Planta de Ordenamento
31	Estrada de Vilamende e Caminho das Barrocas	GSE 5493/2014	Telmo de Jesus Pereira	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	

32	Estrada da Senhora da Conceição	GSE 5494/2014	Telmo de Jesus Pereira	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
33	Afe / Mozelos	GSE 5503/2014	Leonardo da Silva Alves	A pretensão FOI PARCIALMENTE ACEITE atendendo ao facto de parte da área reclamada não estar sujeita a quaisquer condicionantes e o terreno ser contíguo ao aglomerado habitacional, pelo que, se justifica a sua reclassificação para Área de Edificação Dispersa . A área remanescente mantém a classificação de Espaço Agrícola , por se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	Planta de Ordenamento
34	Corredouras / Castanheira	GSE 5507/2014	Celestino Rodrigues	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada integra a categoria de Espaço Florestal de Conservação e visa a proteção do bosque existente promovendo o enquadramento paisagístico e ambiental entre o Espaço Urbano de Baixa Densidade e ao Espaço de Atividades Económicas .	
35		GSE 5512/2014	Helena Fernandes em representação da Assembleia Municipal e Vereação PSD	A pretensão NÃO FOI ACEITE , uma vez que o parâmetro edificabilidade de 0,02 corresponde ao definido globalmente para a região, pelos estudos do PROT e diretivas impostas pela CCDR-N e aceites pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. De facto, a legislação específica desta área setorial, nomeadamente o DL nº 17/2009, de 14 de junho, define no seu articulado a necessidade de cumprir determinadas áreas, pelo que no cruzamento dos parâmetros definidos, as áreas de Solo Rural têm sempre, à partida, muito pouca edificabilidade.	
36	Boavista / Insalde	GSE 5514/2014	André da Cunha Fernandes	A pretensão FOI PARCIALMENTE ACEITE , pelo facto de parte da área reclamada não estar sujeita a quaisquer condicionantes e o terreno ser contíguo ao aglomerado habitacional, pelo que se justifica a sua reclassificação para Espaços Urbanos de Baixa Densidade . A área remanescente mantém a classificação de Espaço Agrícola , por se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional e insere-se no PMDFCI, na Classe de Perigosidade Alta , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
37	Vencemal / Bico	GSE 5515/2014	Ant.º Alberto Lebrão Martins Esteves	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra simultaneamente, o perímetro da Reserva Agrícola Nacional e a área de Protecção Parcial Tipo II , definida no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> .	
38	Casal / Cristelo	GSE 5517/2014	Rosa da Conceição de Sá Fernandes	A pretensão FOI ACEITE , por não existirem condicionantes e o terreno ser contíguo ao aglomerado habitacional, pelo que, se justifica a sua reclassificação para Área de Edificação Dispersa .	Planta de Ordenamento

39	Caminho Novo / Cristelo	GSE 5518/2014	Rosa da Conceição de Sá Fernandes	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
40	S. Bento / Cossourado	GSE 5519/2014	Artur Ant.º Correia Rodrigues	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural e estar cartografada como área ardida de 2013. A área assinalada integra as " Áreas percorridas por Incêndios ", pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
41	Sobreiro / Padornelo	GSE 5520/2014	Paulo Roberto Alves da Cunha	A pretensão FOI ACEITE , pelo facto de não existirem condicionantes e o terreno ser contíguo a uma área de solo urbanizado, pelo que, se justifica a sua reclassificação para Espaços Urbanos de Baixa Densidade .	Planta de Ordenamento
42	Vilamende / Ferreira	GSE 5521/2014	Arnaldo de Sousa Felgueiras	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de Espaço Agrícola e integra o perímetro da Reserva Agrícola Nacional , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
43	Roriz / Infesta	GSE 5524/2014	M.ª Anunciada da Cunha Gonçalves	A pretensão FOI PARCIALMENTE ACEITE atendendo ao facto de parte da área reclamada não estar sujeita a quaisquer condicionantes e o terreno ser contíguo ao aglomerado habitacional, pelo que, se justifica a sua reclassificação para Espaços Urbanos de Baixa Densidade . A área remanescente mantém a classificação de Espaço Agrícola , por se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural e o requerente ver satisfeita a mesma pretensão, e o respetivo interesse salvaguardado, na área proposta para reclassificação.	Planta de Ordenamento
44	Gandra / Rubiães	GSE 5525/2014	José da Cunha Guerreiro de Antas da Gama	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, afastado do aglomerado habitacional, mantendo-se a classificação de Espaço Florestal de Produção .	
45	Lameira / Castanheira	GSE 5539/2014	Perfeita Rodrigues da Cunha	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de uma área reconhecida como valor natural integrada no Espaço Natural e identificado no Mosaico de Habitats como " Matos Colinos Granito ", definido na Rede Natura 2000 pelo que, se encontra condicionada e sujeita ao regime específico da condicionante legal.	
46	Sobreiro / Padornelo	GSE 5540/2014	Marlene Isabel Vaz Barbosa	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de uma área reconhecida como valor natural integrada no Espaço Natural e identificado no Mosaico de Habitats como " Bosques de Carvalho ", definido na Rede Natura 2000 pelo que, se encontra condicionada e sujeita ao regime específico da condicionante legal.	

47	Cimo de Vila / Padornelo	Via e-mail em 25-09-2014	José Manuel Barbosa Pereira	A pretensão FOI ACEITE , pelo facto de não existirem condicionantes, ter sido aprovado, em 2013, o licenciamento de uma moradia e o terreno ser contíguo a uma área de solo urbanizado, pelo que, se justifica a sua reclassificação para <i>Espaços Urbanos de Baixa Densidade</i> .	Planta de Ordenamento
48	Morgade / Agualonga	Via e-mail em 27-09-2014	Junta de Freguesia de Agualonga	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural e integrar, parcialmente as “Áreas submetidas a Regime Florestal” pelo que se encontra condicionada e sujeita a regime legal específico.	
49	Chão Longo / Vascões	Via e-mail em 27-09-2014	Junta de Freguesia de Vascões	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de uma área reconhecida como valor natural integrada na zona de <i>Protecção Parcial Tipo I</i> , definidas no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> e identificado no Mosaico de Habitats como “Matos Colinos Granito”, “Matos Colinos Granito Aflor” e “Bosques de Carvalho”, definido na <i>Rede Natura 2000</i> pelo que, se encontra condicionada e sujeita ao regime específico da condicionante legal.	
50	Gaviões / Bico	Via e-mail em 29-09-2014	Alda Maria Coutinho Lima	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural, que integra a área de <i>Protecção Parcial Tipo II</i> , definida no âmbito da <i>Paisagem Protegida do Corno de Bico</i> , o perímetro da <i>Reserva Agrícola Nacional</i> e o perímetro da <i>Reserva Ecológica Nacional</i> , no sistema <i>Áreas com Risco de Erosão</i> , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
51	Rubiães	Via e-mail em 29-09-2014 e GSE 5650/2014	José Augusto Viana de Sousa	A pretensão NÃO FOI ACEITE , pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de <i>Espaço Agrícola</i> e integra o perímetro da <i>Reserva Agrícola Nacional</i> , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
52	Talhô / Padornelo	Via e-mail em 29-09-2014	Artur Alves de Freitas	A pretensão NÃO FOI ACEITE , atendendo ao facto de parte da área reclamada já se encontrar com a classificação de <i>Espaços Urbanos de Baixa Densidade</i> e a área remanescente ter vocação de Solo Rural, mantendo-se a classificação de <i>Espaço Agrícola</i> , sendo que a área a nascente integra ainda o perímetro da <i>Reserva Agrícola Nacional</i> , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	
53	Portelinha / Formariz	Via e-mail em 29-09-2014	Paulo Mário Araújo Fernandes	A pretensão FOI ACEITE , pelo facto de já ter sido aprovado, em 2013, o licenciamento de uma moradia e o terreno ser contíguo ao aglomerado habitacional, pelo que, se justifica a sua reclassificação para <i>Espaços Urbanos de Baixa Densidade</i> .	Planta de Ordenamento
54	Rodízio / Rubiães	Via e-mail em 29-09-2014 e GSE 5643/2014	Luísa Maria da Costa Gomes de Castro	A pretensão NÃO FOI ACEITE , uma vez que o terreno em causa tem vocação de Solo Rural, está fora do aglomerado habitacional e integra a categoria de <i>Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal</i> e <i>Floresta de Produção</i> e insere-se na proposta PMDFCI, na classe de Perigosidade Alta, pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

CERTIDÃO

----- ANA CLARA RIBEIRO DE CARVALHO, TÉCNICA SUPERIOR DO SERVIÇO ADMINISTRATIVO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA: -----

----- CERTIFICO, que da ata número vinte e cinco do ano de dois mil e catorze, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia quinze do mês de dezembro ano de dois mil e catorze, consta a seguinte deliberação: -----

= INTEGRAÇÃO DE FICHA DE PARTICIPAÇÃO AO RELATÓRIO DO PDM =

PONTO 18: *Apreciação, discussão e votação da ficha de participação apresentada pela União de Freguesias de Bico e Cristelo, no âmbito da discussão pública do PDM para integração do respetivo Relatório de Ponderação, que por lapso não foi aditada, que se anexa à presente ata como seu documento e dela fica a fazer parte integrante.*-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar e autorizar a anexação da presente ficha de participação ao Relatório de Ponderação do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura, que se anexa à presente ata como seu documento e dela fica a fazer parte integrante.-----

----- A ata onde consta a presente deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.-----

----- O referido é verdade.-----

----- Paredes de Coura, 18-12-2014 -----

A técnica,

TS 01/02
TS



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

INFORMAÇÃO:

Tendo-se verificado que, por lapso, não foi dada resposta à Ficha de Participação apresentada, no âmbito da Discussão Pública, pela União das Freguesias de Bico e Crístelo, com o registo no GSE Entrada Externa 5289/2014 de 17-09-2014, deverá ser feita uma adenda ao Relatório de Ponderação, designadamente, com a adição de mais uma linha à tabela constante no ponto 4.6 Ponderação das Participações, do Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública, com a seguinte descrição:

Id	Freguesia	Identificação Requerimento	Requerente	Proposta de Resposta	Peças a alterar
55	Igreja / Bico	GSE 5289/2014	União das Freguesias de Bico e Crístelo	A pretensão NÃO FOI ACEITE, pelo facto de se tratar de um terreno com vocação de Solo Rural. A área assinalada está classificada com a categoria de <i>Espaço Agrícola</i> e integra o perímetro da <i>Reserva Agrícola Nacional</i> , pelo que, se encontra condicionada e sujeita a regime específico.	

Tal adenda deverá ser aprovada em Reunião de Câmara e posteriormente, publicada no Portal do Município e informada a CCDR-N, passando a integrar o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública.

Maria Eduarda Lopes Fontelo Gomes Martins

Fls 02/c2
SL